

ÍNDICE GERAL

Nota à 3. ^a edição	V
Nota à 2. ^a edição	VII
Nota prévia	IX
Abreviaturas e siglas	XI
Bibliografia geral	XV
Revistas e colectâneas de jurisprudência	XXVII
Algumas citações e observações	XXXI

INTRODUÇÃO – NOÇÃO, OBJECTO E ÂMBITO DO DIREITO FISCAL

1. Direito financeiro, direito tributário e direito fiscal	3
2. Imposto, figuras afins e sistema fiscal	11
2.1. O Conceito de imposto	11
2.2. Algumas figuras afins do imposto	21
2.2.1. A divisão dicotómica dos tributos	21
2.2.2. As contribuições especiais, as tarifas e as receitas para- fiscais	27
2.3. Ideia sobre o sistema fiscal	33
3. Os momentos da vida do imposto	38
4. Algumas classificações dos impostos	42
4.1. Impostos directos e impostos indirectos	42
4.2. Impostos periódicos e impostos de obrigação única	50
4.3. Impostos reais e impostos pessoais	54
4.4. Impostos de quota fixa e impostos de quota variável	56
4.5. Impostos estaduais e impostos não estaduais	57
4.6. Impostos gerais e impostos especiais	61
4.7. Impostos principais e impostos acessórios	62

4.8. Impostos sobre o rendimento, sobre o património e sobre o consumo	64
4.9. Impostos fiscais e impostos extrafiscais	66
5. Visão panorâmica do conteúdo do direito fiscal	66
6. Natureza do direito fiscal	73
6.1. A autonomia substancial do direito fiscal	73
6.2. A autonomia científica ou didáctica do direito fiscal	79
6.3. Referência ao direito aduaneiro ou alfandegário	80
7. Relações do direito fiscal com os outros ramos do direito	83
7.1. Direito fiscal e direito constitucional (Remissão)	83
7.2. Direito fiscal e direito administrativo	83
7.3. Direito fiscal e direito privado	86
7.4. Direito fiscal e direito penal	98
7.5. Direito fiscal e direito processual	100
7.6. Direito fiscal e direito internacional	101
7.7. Direito fiscal e direito comunitário	105
7.8. Direito fiscal e os novos ramos do direito	108
8. O direito fiscal e outros saberes sobre impostos	115

PARTE I – TEORIA GERAL DO DIREITO FISCAL

CAP. I – O ORDENAMENTO JURÍDICO-FISCAL

§1 – AS FONTES DO DIREITO FISCAL	127
9. A Constituição	127
9.1. A natureza fiscal do Estado Português	129
9.2. Os princípios jurídico-constitucionais da tributação	136
9.2.1. O princípio da legalidade fiscal	137
9.2.2. O princípio da segurança jurídica	148
9.2.3. A proibição do referendo fiscal	151
9.2.4. O princípio da igualdade fiscal	153
9.2.5. A consideração fiscal da família	158
9.2.6. O respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais	161
9.2.7. O princípio do Estado social	163
9.3. A coerência do sistema e o limite aos limites da tributação	164
9.3.1. O princípio da coerência do sistema	164

9.3.2. O limite aos limites da tributação	165
9.4. O recorte constitucional do sistema fiscal	166
9.4.1. O imposto sobre o rendimento pessoal	167
9.4.2. A tributação das empresas	171
9.4.3. A tributação do património	182
9.4.4. A tributação do consumo	183
10. O direito comunitário	184
11. As convenções internacionais	192
12. As leis	196
13. O costume	198
14. Os regulamentos	200
15. Os contratos	206
16. A jurisprudência e a doutrina	209
17. A codificação do direito fiscal	211
§2 – INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA DO DIREITO FISCAL	217
18. A interpretação das normas jurídico-fiscais	217
19. A integração das normas jurídico-fiscais	220
20. As cláusulas antiabuso	222
21. A eficácia das normas jurídico-fiscais	228
21.1. A eficácia temporal	228
21.2. A eficácia espacial	230

CAP. II – A RELAÇÃO JURÍDICA FISCAL

22. O carácter complexo da relação jurídica fiscal	241
22.1. A complexidade da relação jurídica fiscal	241
22.2. Ilustração das obrigações ou deveres acessórios	246
22.2.1. Em sede do IRS empresarial e profissional e do IRC	246
22.2.2. Em sede do IVA	251
22.3. A obrigação fiscal	253
23. O sujeito activo da relação jurídico-fiscal	256
24. O sujeito passivo da relação jurídico-fiscal	259
24.1. Contribuinte, devedor do imposto e sujeito passivo	259
24.2. A personalidade e a capacidade tributárias	264

24.3. A representação legal, o mandato tributário e a gestão de negócios	267
24.4. O domicílio fiscal	269
24.5. O estabelecimento estável	270
24.6. O número de identificação fiscal	272
25. A substituição tributária	273
25.1. Noção e espécies	273
25.2. Regime jurídico	276
25.3. Ideia sobre a sua natureza	277
26. A responsabilidade tributária	278
26.1. A solidariedade tributária	278
26.2. A responsabilidade tributária	279
26.3. Alguns casos de responsabilidade tributária	280
26.4. A responsabilidade civil pelas multas e coimas fiscais	283
27. A transmissão da obrigação fiscal	285
27.1. A sub-rogação nos direitos da Fazenda Pública	285
27.2. A sucessão legal	287
27.3. A cessão de créditos para titularização	288
28. A extinção da obrigação fiscal	289
28.1. O cumprimento	289
28.2. Outros modos de extinção da obrigação fiscal	291
29. As garantias de cumprimento da obrigação fiscal	294
29.1. A garantia geral	294
29.2. Garantias especiais	295
29.3. O "fiscalismo" na garantia do credor fiscal	298

CAP. III – A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA FISCAL

30. Os órgãos da Administração fiscal	301
30.1. Generalidades	301
30.2. As DGCI e DGAIEC	303
30.3. Os órgãos de revisão da matéria tributável e as comissões de avaliação	307
31. O procedimento tributário	310
31.1. Ideia de procedimento tributário	310
31.2. Princípios gerais	312
31.3. O procedimento de liquidação	314

31.3.1. A dinâmica do procedimento	314
31.3.2. A tipologia da liquidação tributária	317
31.3.3. As operações da liquidação	318
31.3.4. A avaliação por métodos indirectos	319
31.3.5. Caracterização da liquidação	325
31.3.6. A natureza da liquidação	326
31.3.7. A fundamentação do acto tributário	327
31.3.8. A invalidade do acto tributário	329
31.3.9. A revisão do acto tributário	331
31.3.10. A revogação, ratificação, reforma, conversão e rectificação do acto tributário	332
31.4. A cobrança do imposto	334
31.4.1. Três notas preliminares	334
31.4.2. As fases da cobrança	334
32. A execução fiscal	335
32.1. Âmbito e competência	335
32.2. Tramitação da execução fiscal	337
33. Referência a alguns procedimentos especiais	341
33.1. Os procedimentos de informação vinculativa e de avaliação prévia	342
33.2. Os procedimentos de aplicação de normas antiabuso e elisão de presunções	344
33.3. O reconhecimento de benefícios fiscais (Remissão)	345
33.4. O procedimento de inspecção tributária	345
33.5. O procedimento de derrogação do dever de sigilo bancário	351
34. A crescente "privatização" da administração fiscal	354
34.1. O actual papel das empresas na administração dos impostos	354
34.2. A participação das empresas na disciplina da administração dos impostos	356

CAP. IV – AS GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES

35. Introdução	361
36. Os meios não impugnatórios	364
36.1. O direito à informação	364
36.2. O direito à fundamentação e notificação	364

36.3. O direito à audição prévia	364
36.4. O direito à dedução, reembolso ou restituição de impostos	366
36.5. O direito a juros indemnizatórios ou moratórios	367
36.6. O direito à redução das coimas	369
36.7. O direito à caducidade da liquidação e da garantia prestada e à prescrição da obrigação tributária	369
36.8. O direito à prescrição dos procedimentos e das penas criminais e contra-ordenacionais	370
36.9. O direito à confidencialidade fiscal	371
36.10. Outros meios não impugnatórios	371
37. Os meios impugnatórios administrativos e judiciais	372
37.1. Alusão à organização judiciária fiscal	372
37.2. Os actos impugnáveis	374
37.3. A impugnação de actos em matéria tributária	377
37.3.1. Impugnação de decisões de determinação da matéria tributável	377
37.3.2. Impugnação de decisões de correcção quantitativa da matéria tributável	381
37.4. A impugnação de actos tributários	382
37.5. A impugnação de actos administrativos relativos a questões tributárias	383
37.6. Reclamação e recurso hierárquico contra actos da administração tributária	387
37.7. Reclamação extraordinária através de pedido de revisão	391
37.8. A impugnação de actos de autoliquidação, substituição tributária e pagamentos por conta	392
37.9. A impugnação de actos da fase administrativa do processo de contra-ordenacional fiscal	394
37.10. A impugnação de actos da administração tributária em sede da execução fiscal	395
37.11. A impugnação de normas jurídicas tributárias	396
37.12. Alusão à anterior reclamação na impugnação judicial	396
38. Outros meios jurisdicionais de garantia dos contribuintes	398
38.1. As acções	398
38.1.1. A acção para o reconhecimento de um direito ou interesse legalmente protegido	399
38.1.2. A acção de intimação para um comportamento	400

38.1.3. A acção de autorização da derrogação do sigilo bancário	401
38.2. Os meios processuais acessórios	401
38.2.1. Os processos de acção cautelar	401
38.2.2. A intimação para a consulta de documentos e passagem de certidões	403
38.3. Outros meios processuais	403
38.3.1. Os recursos jurisdicionais	403
38.3.2. A execução de julgados	406
38.3.3. A revisão de sentenças	406
39. O processo de impugnação judicial	407
39.1. A tramitação do processo de impugnação judicial	407
39.2. Referência aos efeitos das sentenças anulatórias de actos tributários	414
39.3. Alusão à execução das sentenças anulatórias de actos tributários	416

CAP. V – DIREITO ECONÓMICO FISCAL

40. Noção e âmbito do direito económico fiscal	419
41. Os impostos extrafiscais	422
42. Os benefícios fiscais	425
43. A constituição, reconhecimento, transmissão e extinção dos benefícios fiscais	431
43.1. A constituição dos benefícios fiscais	432
43.2. O reconhecimento dos benefícios fiscais	432
43.3. A transmissão dos benefícios fiscais	435
43.4. A extinção dos benefícios fiscais	436
44. Alusão ao complexo panorama dos benefícios fiscais	437

CAP. VI – REFERÊNCIA AO DIREITO PENAL FISCAL

45. Considerações gerais	443
45.1. Noção e características do direito penal fiscal	444
45.2. A disciplina do direito penal fiscal	447
45.3. Ideia sobre a recente evolução do direito penal fiscal	448

46. Alusão ao fundamento da criminalização e ao bem jurídico protegido	450
46.1. Fundamento da criminalização das infracções tributárias	450
46.2. O bem jurídico protegido nas infracções tributárias	454
47. Ideia sobre os crimes tributários e o seu processo	456
47.1. Ideia sobre os crimes tributários	456
47.2. Ideia relativa ao processo penal tributário	460
48. Ideia sobre as contra-ordenações e o seu processo	462

PARTE II – O SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

CAP. I – EVOLUÇÃO RECENTE E ESTRUTURA ACTUAL DO SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

49. No princípio era a dízima	469
50. A reforma dos anos sessenta (1958-1966)	474
50.1. A tributação do rendimento	475
50.2. A tributação do património	476
50.3. A tributação do consumo	477
51. O quadro constitucional (art. 104.º da Constituição)	477
51.1. A tributação do rendimento	477
51.1.1. A tributação do rendimento pessoal	478
51.1.2. A tributação das empresas	478
51.2. A tributação do património	479
51.3. A tributação do consumo	480
52. O sistema fiscal resultante das reformas de 1985/86, 1988/89 e 2003/04	481
52.1. A tributação do consumo	481
52.2. A tributação do rendimento	483
52.3. A tributação do património	485
52.4. A Taxa Social Única e outros impostos	486
53. A actual estrutura do sistema fiscal português	487
53.1. A receita dos principais impostos	487
53.2. A recente evolução da receita dos principais impostos	489
53.3. A sua comparação com os países da União Europeia	490
53.3.1. Os níveis de fiscalidade em Portugal e UE/15 em de 1996 a 1998	490

53.3.2. Os níveis de fiscalidade nos países da UE/15 em 1995, 2000 e 2005	490
53.3.3. O peso dos principais impostos em Portugal e UE/15 em 1999 e 2000	491
54. A reforma fiscal permanente	491
54.1. O fenómeno	491
54.2. Referência a algumas alterações	493
54.2.1. Alterações de carácter geral	493
54.2.2. Alterações relativas ao IRS, IRC e IVA	495
54.3. As alterações da Lei n.º 30-G/2000	496
54.3.1. Algumas alterações gerais	497
54.3.2. A derrogação administrativa do dever de sigilo bancário	498
54.4. A reforma da tributação do património	500
54.5. Um olhar crítico sobre o sistema fiscal	502
54.5.1. O <i>apartheid</i> fiscal	503
54.5.2. A complexidade e instabilidade da legislação fiscal	506
54.5.3. A conversão dos abatimentos em deduções à colecta em IRS	513
55. Os actuais desafios do sistema fiscal	517
55.1. A concorrência fiscal prejudicial	518
55.2. A tributação do comércio electrónico	524
55.3. No limiar de um direito fiscal novo?	528

CAP. II – VISÃO GERAL DO SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

56. O IRS	531
56.1. Incidência	531
56.1.1. A incidência pessoal	531
56.1.2. A incidência real	533
56.2. Delimitação negativa da incidência	541
56.3. Regime transitório de tributação dos rendimentos agrícolas	542
56.4. Regime transitório de tributação dos agentes desportivos	543
56.5. A determinação da matéria colectável	544
56.5.1. As diversas etapas de determinação da matéria colectável	544

56.5.2. A determinação dos rendimentos empresariais e profissionais	546
56.6. A taxa	548
56.6.1. As taxas gerais	548
56.6.2. Taxas especiais	548
56.7. A liquidação e cobrança	550
56.8. Esquema de determinação do IRS	555
57. O IRC	556
57.1. Incidência	556
57.1.1. A incidência pessoal	556
57.1.2. A incidência real	557
57.1.3. A extensão da obrigação de imposto	558
57.1.4. O regime de transparência fiscal	560
57.2. Isenções	562
57.3. A determinação da matéria colectável	565
57.3.1. O sujeito da determinação da matéria colectável	565
57.3.2. As modalidades de determinação da matéria colectável	566
57.3.3. O lucro contabilístico	567
57.3.3.1. Referência aos princípios da contabilidade	568
57.3.3.2. Os proveitos e ganhos e os custos e perdas	570
57.3.3.3. Alusão à valorimetria das existências, às reintegrações e amortizações e às provisões	571
57.3.4. O lucro tributável	576
57.3.4.1. A dependência parcial do direito fiscal face ao direito contabilístico	576
57.3.4.2. As correcções ao lucro contabilístico	577
57.3.5. O apuramento da matéria colectável	579
57.3.6. O regime simplificado	580
57.4. Algumas situações especiais destinadas a combater a evasão fiscal	581
57.4.1. O tratamento dos preços de transferência	581
57.4.2. A subcapitalização	582
57.4.3. As regras dos arts. 59.º e 60.º do CIRCI	584
57.4.3.1. Os pagamentos a entidades residentes em países com regime fiscal privilegiado	585
57.4.3.2. A imputação de lucros a sociedades residentes em países com regime fiscal privilegiado	585

57.5. Outras situações especiais	586
57.5.1. O regime especial de tributação dos grupos de sociedades	586
57.5.2. O regime especial das fusões, cisões, entradas de activos e permuta de partes sociais	588
57.6. A taxa	590
57.7. A liquidação e cobrança	591
57.8. Esquema de determinação do IRC	595
58. A tributação autónoma em IRS e IRC de certas despesas	596
58.1. A tributação das despesas confidenciais ou não documentadas	596
58.2. A tributação de despesas de representação e com viaturas	597
59. O IVA	598
59.1. Introdução	598
59.2. Incidência	600
59.2.1. A incidência pessoal	600
59.2.2. A incidência real	602
59.2.3. Facto gerador do imposto e exigibilidade do imposto	605
59.3. Isenções	605
59.4. A determinação da matéria colectável	607
59.5. A taxa	608
59.6. A liquidação e cobrança	609
60. Regime do IVA nas transacções intracomunitárias	612
60.1. Introdução	612
60.2. Incidência do IVA nas transacções intracomunitárias	613
60.3. Isenções	615
60.4. A determinação da matéria colectável	615
60.5. A liquidação e cobrança	616
61. O imposto municipal sobre imóveis	617
61.1. Incidência	617
61.1.1. A incidência real	617
61.1.2. A incidência pessoal	618
61.2. Isenções	619
61.3. A determinação da matéria colectável	619
61.3.1. Valor patrimonial tributário dos prédios rústicos	620
61.3.2. Valor patrimonial tributário dos prédios urbanos	621
61.4. A taxa	624
61.5. A liquidação e cobrança	624

61.6. A tributação em IMI dos residentes em países com tributação privilegiada	624
62. O imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis	627
62.1. Incidência	627
62.2. Isenções	628
62.3. A determinação da matéria colectável	630
62.4. A taxa	630
62.5. A liquidação e cobrança	631
63. O imposto de selo	631
63.1. Introdução: os dois impostos de selo	631
63.2. Incidência	632
63.3. Isenções	634
63.4. A determinação da matéria colectável	634
63.5. A taxa	635
63.6. A liquidação e cobrança	635
64. A taxa social única	636
64.1. Alusão ao seu regime	636
64.2. A harmonização da taxa social única com o IRS sobre o trabalho	638
65. Notícia sobre outros impostos	641
65.1. Os IEC's	641
65.2. Outros impostos	644
Índice de matérias	647
Índice geral	657